



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO: A ADEQUAÇÃO DA JUVENTUDE AO DESEMPREGO ESTRUTURAL

Gloria Maria Vasconcelos Goes - UFC[i]

gmgoes@gmail.com

Eixo temático: (

A.

Este artigo objetiva realizar uma breve incursão sobre a inserção do empreendedorismo na educação formal e nos cursos de qualificação que proliferam no Brasil. O tratamento teórico-metodológico utilizado constou das pesquisas bibliográficas e documentais, confrontando as teses fundamentais do empreendedorismo, das políticas educacionais e de qualificação profissional em curso no Brasil. Na pesquisa documental, valorizamos os Referenciais Orientadores dos Bacharelados Interdisciplinares e Similares (BIs) do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) que definem os rumos da educação nacional que, em seus objetivos proclamados, estariam exigindo um profissional com o perfil psicológico dos empreendedores de sucesso. No desenvolvimento do artigo buscamos acentuar que a educação para o empreendedorismo visa à adequação da formação/qualificação para responder ao contexto de crise do capitalismo e, sobretudo, ao seu ajustamento estrutural, amparado num discurso do "alter-capitalismo". Esse arsenal ideológico, contudo, não instrumentaliza os trabalhadores, especialmente à juventude trabalhadora à inserção no setor produtivo formal. O empreendedorismo realçado nas políticas educacionais e nos programas em curso de formação/qualificação prepara a juventude trabalhadora, fundado no lema pedagógico "aprender a aprender" devem estimular competências, habilidades, atitudes e valores que permitam enfrentar desafios e responder a novas demandas da sociedade contemporânea, leia-se a sociedade capitalista que, na paisagem contemporânea é naufragada numa crise sem precedência remetendo para o desemprego estrutural milhões de homens e mulheres, especialmente a juventude trabalhadora..

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Empreendedorismo, Desemprego

ABSTRACT

This article aims at a brief foray on the inclusion of entrepreneurship in formal education and training courses that proliferate in Brazil. The theoretical and methodological treatment used consisted of literature searches and documentary confronting the fundamental principles of entrepreneurship, educational policies and professional training underway in Brazil. In documentary research, we value Benchmarks Guiding Bachelor of Interdisciplinary and Similar (IBs) Program Expansion and Restructuring of Federal

Universities (RALLY) that define the direction of national education, in its proclaimed goals, would require a professional with the psychological of successful entrepreneurs. In developing the article tries to emphasize that entrepreneurship education aims at preparing training / qualifications to respond to the context of the crisis of capitalism, and especially to its structural adjustment, supported by a discourse of "alter-capitalism." This ideological arsenal, however, not instrumentalizes workers, especially young workers to move into the formal productive sector. Entrepreneurship highlighted in educational policies and programs ongoing training / qualification prepares youth worker, teaching founded on the motto "" learning to learn "should encourage skills, abilities, attitudes and values &8203;&8203;with which to meet challenges and respond to new demands of society contemporary, read a capitalist society, the contemporary landscape is wrecked in a crisis unprecedented referring to structural unemployment million men and women, especially young workers ..

KEYWORDS: Education, Entrepreneurship, Unemployment

Introdução

O empreendedorismo está na ordem do dia como provável solução para o desemprego estrutural que assola os diferentes países. Essa concepção vem orientando às políticas públicas de educação e qualificação profissional das diversas instâncias governamentais no Brasil. Os gestores dessas políticas, inspirados na crença de que estamos vivendo num contexto de incertezas e de mudanças no mundo do trabalho, defendem a necessidade de formar as futuras gerações para as intempéries do "novo tempo". Ou seja, para a sobrevivência de milhões de trabalhadores em disputa pelos poucos empregos disponíveis, faz-se necessário a conquista da empregabilidade e, como efeito, desenvolver o perfil empreendedor. Nessa perspectiva, proclama-se que os indivíduos para serem inseridos na dita "sociedade do conhecimento" precisariam conquistar as competências necessárias para conquistar o *status* de empregável. Como os empregos estão diminuindo, resta que cada um seja seu próprio empregador, aprendendo o processo empreendedor e desenvolvendo as características psicológicas dos empreendedores de sucesso.

A questão se desloca do direito ao trabalho digno com bons salários e condições de trabalho (reivindicação dos trabalhadores) para a iniciativa individual em conseguir, por seu próprio esforço, formas alternativas de sobreviver num mundo competitivo e globalizado (ideais neoliberais). Nesse contexto, são inseridos nos currículos e programas das diversas modalidades de ensino, as competências e habilidades necessárias à formação do empreendedor, assim como proliferam os cursos de qualificação profissional para o empreendedorismo. Em face dessa realidade, questionamos: a aquisição das habilidades e competências adquiridas nos cursos de formação de empreendedores e inseridas na educação profissional e escolar é a garantia para a inserção no mundo formal do trabalho

Este artigo pretende realizar uma breve discussão sobre a inserção dos programas focalizados no empreendedorismo num contexto de desemprego estrutural. A exposição de nossas reflexões está dividida em duas partes. Na primeira parte, fazemos uma incursão no conceito de empreendedorismo, salientando que os pressupostos que o embasam estão intimamente ligados ao ideário neoliberal que transfere ao trabalhador a responsabilidade pela sua sobrevivência num mundo "naturalmente" desigual. Na segunda parte, realizamos uma breve incursão nas políticas e programas educacionais voltadas à qualificação profissional sob a égide do empreendedorismo e a sua inserção nos currículos da educação formal. Problematizamos a ênfase dada à formação empreendedora como eixo da formação da juventude e, como efeito, o destaque dado às características individuais do estudante, para se adequar às demandas do mercado.

O tratamento teórico-metodológico utilizado constou das pesquisas bibliográficas e documentais, confrontando as teses fundamentais do empreendedorismo, das políticas educacionais em curso no Brasil. Da pesquisa documental, valorizamos os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNs) e os Referenciais Orientadores dos Bacharelados Interdisciplinares e Similares (BIs) do Programa de

Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) que definem os rumos da educação nacional que, conforme objetivos proclamados, incorporam o empreendedorismo como uma demanda necessário às transformações no mundo da produção e, como efeito, no mundo do trabalho. Em síntese, com essa breve reflexão, tentamos recuperar o debate em curso sobre os sentidos da educação/qualificação no Brasil, bem como voltarmos-nos para as preocupações dos filhos das classes populares, que historicamente associaram a educação como mecanismo único disponível à sua ascensão social, hoje colocada totalmente em questão pelo ajuste estrutural capitalista.

1. **Empreendedorismo dos mais fortes: "O darwinismo social"**

No contexto de desemprego em que até os mais qualificados estão desempregados, a retórica difundida é de que o trabalhador precisa desenvolver sua empregabilidade, caso queira disputar a condição de empregável. Como palavras de ordem estão os "4Es": empregabilidade, empoderamento, empreendedorismo e empresariamento[ii] que se coaduna com a perspectiva de que o sucesso/insucesso individual é resultado da "má gestão" de si próprio. A educação formal e informal deverá ensinar como adquirir a empregabilidade num contexto onde os mais fortes sobreviverão. Nas palavras de Minarelli (1995 p. 11- 12) empregabilidade é

... a condição de ser empregável, isto é, de dar ou conseguir emprego para os seus conhecimentos, habilidades e atitudes intencionalmente desenvolvidos por meio da educação e treinamento sintonizados com as novas necessidades do mercado de trabalho [...]. "O caminho das pedras" para conquistar a segurança profissional e financeira é investir na autogestão da carreira e na construção de bases próprias, sustentadas por seis pilares: adequação profissional, competência profissional, idoneidade, saúde física e mental, reserva financeira, fontes alternativas e relacionamentos.

Para Minarelli, a noção de segurança profissional necessita ser redefinida em função da modernização empresarial e da crise dos empregos. Novas ideias devem ser introjetadas pelos trabalhadores do século XXI, como, por exemplo, a noção de que mais importante do que ter emprego é ter empregabilidade. O trabalhador necessita, seguindo o referencial da empregabilidade, dispor de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidas pelo mercado, para que ele possa ser empregável e agregue valor à empresa, de forma a ajustar-se às demandas empresariais. Por outros termos, o trabalhador para conquistar a *status* de empregável ou manter-se no emprego deve estar em constante aperfeiçoamento, ampliando competências (intelectuais, atitudinais e técnicas) à performance profissional. O grau de empregabilidade é medido através da baixa rotatividade deste trabalhador ou na facilidade com que, ao ser descartado de uma organização, venha a conseguir, num tempo mínimo, um novo emprego. Isto por que na perspectiva dos teóricos do capital, na proclamada "sociedade do conhecimento" o conhecimento é o "meio de produção". Desta forma, todos podem ser capitalistas escolhendo onde investir seu capital intelectual (DRUCKER, 1993, STEWART, 1998).

No plano ideológico, para atingir esses objetivos faz-se necessário introjetar por intermédio da educação, a cultura empreendedora desde o ensino fundamental até o ensino superior, inclusive nos cursos de qualificação profissional. Objetiva-se formar sujeitos capazes de inovar para enfrentarem as adversidades num mundo de incertezas e em constante mutação (DOLABELA, 2006). E o que é o empreendedorismo Do ponto de vista conceitual, a palavra empreendedor ("entrepreneur"), de origem francesa, significa aquele que "assume riscos e começa algo novo". Para Dornelas (2005), indivíduos empreendedores são:

... pessoas ou equipes de pessoas com características especiais que são visionárias, questionam, arriscam, querem algo diferente, fazem acontecer e empreendem. Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas,

querem deixar um legado. Uma vez que os empreendedores estão revolucionando o mundo, seu comportamento e o próprio processo empreendedor devem ser estudados e entendidos (DORNELAS, 2005, p. 5).

Esse conceito tem um forte conteúdo psicológico. Nessa perspectiva, o empreendedorismo é inerente à "natureza" subjetiva de determinados seres especiais na constante busca pela autorrealização. Essa realização empreendedora pode então se realizar na construção da própria empresa individual ou de forma coletiva (empreendedor individual/coletivo), pode ser um profissional que é criativo e inovador nas diferentes profissões (empreendedor corporativo ou intraempreendedorismo), pode ser uma pessoa que deseja empreender ações para o bem-estar da comunidade (empreendedorismo social).

Todavia, os teóricos do "credo" (neo) liberal defendem que essas características especiais, "naturais" podem e devem ser ensinadas, visando aprimorá-la. Assim, ganha relevo o discurso oficial a necessidade de inserir nos programas e currículos educacionais a formação para o empreendedorismo. Para Chiavenato (2007), Dornelas (2005), Drucker (1993), Leite (2002) dentre outros, o perfil psicológico distintivo do empreendedor abrange uma gama de características psicológicas que podem ser desenvolvidas nos indivíduos por intermédio de metodologias "inovadoras". De uma maneira geral defendem que os detentores dessas características possuem grande energia, são incansáveis, dedicados ao trabalho, buscam resultados, fixam metas, são comprometidos com o que fazem. Líderes, pró-ativos, decididos, otimistas, assumem riscos moderados, determinados, inovadores, criativos, comunicativos, motivados, sabem negociar, trabalhar em equipe, sabem argumentar, convencer, são flexíveis, têm iniciativa, persistência e são criadores de valores. Os seres com todas essas qualidades conseguirão sobressair dos demais e terão o poder de competir dentre "os iguais".

No capitalismo monopolista contemporâneo em que todos os dias empresas entram em falência ou são "engolidas" pelas organizações que dominam mundialmente a economia e a política, esse discurso do empreendedorismo serve apenas para mascarar a lógica desigual e excludente da lógica societal capitalista. A questão torna-se mais ideológica quando essas ideias são disseminadas na educação escolarizada e na qualificação profissional direcionada às classes desfavorecidas social e economicamente que, no máximo, serão "empreendedores" na competição por empregos subalternos e precários e, na melhor hipótese, serão "empreendedores" de "negócios" informais, inclusive "subterrâneos" constituindo a classe "subalterna" de empreendedores. Nessa difusão ideológica do empreendedorismo na sociedade, é preciso esclarecer em poucas palavras o que uma empresa precisa para funcionar:

.... Para poder funcionar, as empresas precisam de *dinheiro*. O simples fato de uma empresa precisar de um imóvel para se instalar, máquinas e equipamentos para produzir, pessoas para trabalhar, matérias-primas para processar significa simplesmente a necessidade de recursos financeiros que permitam alugar ou comprar o imóvel, adquirir máquinas e os equipamentos, pagar os salários do pessoal, comprar as matérias-primas, recolher os impostos etc. *Nenhuma* empresa pode ser aberta sem um *mínimo de capital* inicial nem pode funcionar sem algum capital de giro para garantir suas operações. *O dinheiro é motor dos negócios* (CHIAVENATO, 2005, p. 1, grifo nosso).

Chiavenato, apesar de defender o empreendedorismo, deixa evidente para quem ele dirige seus ensinamentos: empresários integrantes de uma classe social que possui condições financeiras para montar um negócio ou investir no seu empreendimento estabelecido, ou investir na sua empregabilidade. Mas não é só de capital que um empreendedor precisa para ter sucesso, caso contrário, não existiria a quebra de tantas empresas no mercado nacional e internacional. Para Dornelas (2005), o motivo da quebra desses empreendimentos decorre de alguns empresários desconhecerem o processo empreendedor (identificar e avaliar oportunidades, desenvolver um plano de negócios, determinar e captar recursos e gerenciar a empresa), além das novas estratégias competitivas que podem ser viabilizadas através de uma política

eficiente de marketing fundamentada nos "4Ps" (preço, promoção, produto, prazo), assim como, em uma pesquisa de mercado, pesquisa de consumidor, assistência ao cliente, uma boa imagem do produto, uma boa gestão financeira (recursos monetário como capital, dinheiro em caixa, em bancos, contas a receber a pagar, créditos e investimentos), gestão de pessoas, gestão administrativa (planejar, organizar, dirigir e controlar), tudo isso constitui o processo empreendedor. É evidente que a apropriação desses conhecimentos está apoiada numa formação educacional sólida em muita sorte!

Do exposto, os trabalhadores aspirantes a empreendedores não podem competir com as pequenas e grandes empresas na guerra de preços com os concorrentes. Não possuem capital de giro, não podem introduzir nos seus negócios as diferentes tecnologias (de materiais, de produtos, de máquinas, de embalagem, de armazenamento matérias, de marketing, de transporte etc.) para gerar vantagem competitiva. Estão desprovidos das competências adquiridas numa formação universitária de qualidade, que inclui os conhecimentos da realidade socioeconômica de seu país e do mundo, não possuem conhecimentos de economia, de legislação, de finanças, de produção, de marketing, de administração de negócios, além de informações sobre os sócios, acionistas, fornecedores, governo, clientes e concorrência.

Dolabela (2006) defensor do empreendedorismo nas políticas públicas, inclusive nas políticas educacionais, apresenta dados relevantes sobre a temática do empreendedorismo que vai de encontro aos seus próprios argumentos de que o empreendedorismo é a solução para o desemprego, e uma alternativa para todas as classes sociais e, especialmente, para a juventude:

Cerca de 90% ou mais dos fundadores começam suas empresas no mesmo mercado, tecnologia ou ramo em que trabalhavam; os criadores de empresas têm aproximadamente de 8 a 10 anos de experiência acumulada; têm boa formação; têm larga experiência tanto em produção quanto em mercados; têm experiência administrativa; em geral, criam empresas quando têm cerca de 30 anos; têm alto grau de satisfação (DOLABELA, 2006, p. 65).

O autor afirma que a alta mortalidade dos empreendimentos decorre em função de muitos empresários desconhecerem o ramo de atividade no qual estão investindo, ou seja, criam negócios pela necessidade e não pela oportunidade. Infere-se que o sucesso do empreendimento vai exigir experiência, conhecimento gerencial, maturidade e as características psicológicas das pessoas de sucesso que são todas empreendedoras de si mesmo, e, claro, dinheiro. Caso esses "ingredientes" estejam ausentes, os aspirantes a empreendedores e os que já estão nos ramos de negócios entrarão no rol das empresas que "quebram" assim,

No mundo das empresas emergentes **a regra é falir, e não ter sucesso**. De cada **três** empresas criadas, **duas fecham** as portas. As pequenas empresas (menos de 100 empregados) fecham mais: 99% das falências são de empresas pequenas. [...] Nas últimas décadas, as relações de trabalho estão mudando. O emprego dá lugar a novas formas de participação [...]. As empresas precisam de colaboradores que, além de dominar a tecnologia, conheçam também o negócio, saibam auscultar os clientes. [...] a metodologia do ensino tradicional não é adequada para formar empreendedores. As relações universidades/empresas são incipientes no Brasil (DOLABELA, 2006, p.51, grifo nosso).

Os consultores da livre iniciativa como já salientamos, certamente não estão se dirigindo para a classe trabalhadora desprovida do mínimo para sobreviver, muitos integrantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO) quanto mais para formar empresas competitivas. Porém diante do desemprego estrutural, o "jeito" (para escamotear as contradições inerentes ao sistema capitalista) é diluir esse discurso homogeneamente para todas as classes sociais, responsabilizando os trabalhadores pelo seu insucesso profissional ou pela sua inserção laboral, seu autoempresariamento e consequente, "empoderamento".

Desta forma, fica evidente que a classe trabalhadora e, particularmente a juventude desfavorecida socioeconomicamente, não integram esse perfil, principalmente, quando estão com defasagem educacional e não possuem recursos financeiros para investir em qualquer negócio. Apesar disso, políticas educacionais estão sendo implementadas com esse viés tanto para a juventude de baixa renda quanto para os trabalhadores em geral.

Os gestores, na defesa do empreendedorismo nas políticas públicas, podem argumentar que alguma coisa precisa ser feita. Os “desempregados” os “excluídos” diante da ausência de empregos, podem iniciar alguma atividade que gere renda que os permitam sobreviver, mesmo que informalmente. Por isso, a urgência de cursos profissionalizantes que os incentivem a montarem um simples negócio, que poderá ser na sua residência, com ajuda dos familiares. Esses negócios podem até serem formalizados através do MEI[iii] que os “inclui”, legalmente, no seletor grupo dos “microempreendedores”.

As instancias governamentais e não governamentais já estão preparando os “futuros” empreendedores. Os cursos que integram os Arcos Ocupacionais[iv] giram em torno de profissões que tanto podem proporcionar ao aluno a “possibilidade” de criar um negócio formal ou informal (segundo o referencial do empreendedorismo de negócios) ou com a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho formal, mesmo de forma precarizada e sempre no referencial do empreendedorismo (empregado empreendedor) e da empregabilidade para, quando necessário, suprir a demanda do mercado. Exemplo importante temos o ProJovem (Urbano, Trabalhador e Adolescente) que também estimulam a cultura empreendedora.

Os gestores das políticas de trabalho e de educação, no entanto, não explicam como esses egressos desses cursos vão conseguir recursos financeiros para montar seus negócios ou investir na sua empregabilidade. Não conseguem explicar como um trabalhador assalariado ou um jovem destituído do mínimo para sobreviver que, é o público-alvo dos projetos governamentais, pode oferecer produtos ou serviços a preços competitivos em relação às grandes empresas estabelecidas no mercado, que vez por outra estão fechando suas portas, por serem engolidas pelas empresas líderes no mercado nacional e mundial. Além de tudo isso, essa juventude possui defasagem educacional fruto do sucessivo (des) investimento na educação pública estatal. Dito de outra maneira, face à incapacidade do mercado de estabilizar, minimamente, o desastre social que provoca, reedita-se o “darwinismo social”, para o qual só os mais capazes, os mais fortes terão condições de sobreviver em função de sua mentalidade expansionista que não teme correr riscos.

A alternativa vislumbrada é difundir a cultura empreendedora por intermédio de uma “pedagogia inovadora”, que no Brasil, vem sendo difundida nas escolas e universidades fundamentada nos 4 (quatro) pilares da educação proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conviver em função de uma “outra” sociedade mais humanizada, sob os auspícios do modo de produção capitalista, haja vista que não se coloca em questão a sociabilidade dominante.

1. O “aprender a aprender” e empreendedorismo

Como vimos anteriormente o eixo é o empreendedorismo como alternativa ao desemprego estrutural. Ressaltamos que o fenômeno da cultura empreendedora assume conotações diferenciadas, porém mantém um fundamento único que deve estar na base dos cursos de qualificação profissional e institucionalizado nas diversas modalidades de ensinar e aprender, assentado no “aprender a aprender”. Lembramos ainda que

O lema “aprender a aprender”, tão difundido na atualidade, remete ao núcleo das idéias pedagógicas escolanovistas. Com efeito, deslocando o eixo do processo educativo do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a

espontaneidade, configurou-se uma teoria pedagógica em que o mais importante não é ensinar e nem mesmo aprender algo, isto é, assimilar determinados conhecimentos. O importante é aprender a aprender, isto é, aprender a estudar, a buscar conhecimentos, a lidar com situações novas. E o papel do professor deixa de ser o daquele o que ensina para ser o de auxiliar o aluno em seu próprio processo de aprendizagem (SAVIANI, 2008, p. 431).

Há ainda uma relação "indissociável" nessas propostas entre o pleno desenvolvimento das capacidades individuais e o mundo do trabalho. Com a suposta superação do taylorismo/fordismo, a nova conformação do capitalismo em plano mundial, requereria uma estreita relação entre o que demandam as organizações capitalistas e o que demanda o trabalhador: o desenvolvimento de todo seu potencial. Essa "alter-sociedade" capitalista, apoiada na dita 'sociedade do conhecimento', estaria a requerer pessoas com amplas competências para romper com a desigualdade social. De que competência o documento se refere? É o próprio PCN que nos esclarecem:

De que competência se está falando? Da capacidade de abstração, do desenvolvimento do pensamento sistêmico, ao contrário da compreensão parcial e fragmentada dos fenômenos, da criatividade, da curiosidade, da capacidade de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema, ou seja, do desenvolvimento do pensamento divergente, da capacidade de trabalhar em equipe, da disposição para procurar e aceitar críticas, da disposição para o risco, do desenvolvimento do pensamento crítico, do saber comunicar-se, da capacidade de buscar conhecimento. Estas são competências que devem estar presentes na esfera social, cultural nas atividades políticas e sociais como um todo, e que são condições para o exercício da cidadania num contexto democrático (PCN, p.11-12).

As características atitudinais dos empreendedores estão presentes nessa proposta educativa: formar pessoas determinadas e proativas, que saibam trabalhar em equipes e saibam comunicar-se. A transmissão do conhecimento sistematizado pela humanidade fica em segundo plano em favor de uma formação para a cidadania, para a coesão social, para aprender a conviver em harmonia numa sociedade supostamente democrática, mas em profunda crise. Não é à toa que os 4 (quatro) pilares da educação acentuam o ser e conviver. O aprender a conhecer está subjugado aos interesses dos alunos, suas necessidades: uma aprendizagem significativa, como esclarece Perrenoud (1999, p. 7 e 10): "A escola está, portanto, diante de um verdadeiro *dilema*: para construir competências, esta precisa de *tempo*, que é parte do tempo necessário para distribuir o conhecimento profundo".

O autor diz não desconsiderar o ensino dos conteúdos, contudo diante da necessidade desses conhecimentos serem vivenciados pelos alunos, a partir de seus interesses (a aprendizagem significativa), o tempo torna-se um fator de dificuldade. A escola deve então priorizar trabalhar com os alunos em cima de situações-problemas num ambiente criativo e instigante, sempre atento às sugestões dos alunos e de sua implicação no processo de aprendizagem, sendo o resultado desconhecido para o professor e o aluno, pois trata-se de uma construção coletiva. Desta forma os programas e atividades didáticas devem ser flexíveis com o estímulo de projetos individuais e coletivos fundados no aprender a conviver com o outro. Nessa direção, o papel da escola tradicionalmente compreendido como transmissão/produção de conhecimento é redefinido. A ênfase é ajudar o aluno a buscar por si mesmo o que lhe interessa aprender, que na perspectiva de Dolabela, reflete os ideais de uma educação empreendedora que ele difunde através de sua Oficina empreendedora:

Pela primeira vez na História, o que aprendemos na escola é superado

rapidamente pelo que aprendemos fora dela. Em algumas áreas, o conhecimento tecnológico é renovado em poucos anos. Não adianta mais acumular um “estoque” de conhecimentos. É preciso que saibamos aprender. Sozinhos e sempre. Por isso a Oficina apresenta um processo de aprendizado, e não de ensino. Ela induz ao contínuo aprender a aprender, que leva o aluno a proceder como faz o empreendedor na vida real: fazendo, errando, corrigindo, rumos, criando (DOLABELA, 2008, p. 16).

Entretanto, salvo Dolabela, os consultores empresariais, representantes do capital, não desqualificam a transmissão do conhecimento, afinal, para os interlocutores neoliberais, o “... ensino universal de alto nível é a prioridade”. Sem ele, nenhuma sociedade poderá se situar positivamente no mundo “pós-capitalista e em sua sociedade do conhecimento” (DRUCKER, 1993, p. 154). Vê-se que para o autor, o conhecimento deve estar a serviço da economia capitalista globalizada. A educação promoverá o desafio de fornecer “uma compreensão básica de ciência e da dinâmica da tecnologia; conhecimento de línguas estrangeiras. Também será necessário aprender a ser eficaz como membro de uma organização, como empregado (DRUCKER, 1993, p.155). A questão é a produtividade do conhecimento que será um fator de competição entre as empresas. O conhecimento constituirá o diferencial. “A única vantagem possível é a capacidade para explorar o conhecimento universalmente disponível” (DRUCKER, 1993, p. 149). O autor afirma que o diploma (ensino avançado) torna-se condição para assumir os cargos de conhecimento. Para isso, todos devem estar constantemente se aperfeiçoando. A escola deve preparar para essa mudança, que gere resultados.

È nessa perspectiva que o lema “aprender a aprender” está sendo incorporado nos currículos e programas escolares, incluindo o ensino superior. Seguindo esse referencial, o REUNI introduz nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, novos cursos, tais como os Bacharelados Interdisciplinares – BI’s. Os egressos dos (BIs)[v] devem possuir as seguintes competências, habilidades, atitudes e valores quais sejam: capacidade de identificar e resolver problemas, enfrentar desafios e responder a novas demandas da sociedade contemporânea. Assim apresenta o MEC:

1. capacidade de comunicação e argumentação em suas múltiplas formas;
2. capacidade de atuar em áreas de fronteira e interfaces de diferentes disciplinas e campos de saber;
3. atitude investigativa, de prospecção, de busca e produção de conhecimento;
4. capacidade de trabalho em equipes e redes;
5. capacidade de reconhecer especificidades regionais ou locais, contextualizando e relacionando com a situação global;
6. Atitude ética nas esferas profissional, acadêmica e das relações interpessoais;
7. Comprometimento com a sustentabilidade nas relações entre ciência, tecnologia, economia, sociedade e ambiente;
8. Postura flexível e aberta em relação ao mundo do trabalho;
9. Capacidade de tomar decisões em cenários de imprecisos e incertezas
10. Sensibilidade às desigualdade sociais e reconhecimento da diversidade dos saberes e das diferenças étnico-culturais;
11. Capacidade de utilizar novas tecnologias que formam a base das atividades profissionais;
12. Capacidade de empreendedorismo nos setores público, privado e terceiro setor. (MEC, 2010, p.9)

Não precisa ser um leitor atento para identificar nos Referenciais Orientadores dos BI’s e Similares, postulados semelhantes ao do empreendedorismo, competências que as diferentes organizações capitalistas demandam do futuro profissional. A criação desses bacharelados acaba por relegar o ensino da ciência para o segundo plano. Enfatiza-se o saber-fazer, no qual o conhecimento vincula-se a determinadas atitudes comportamentais do aluno (flexibilidade, sensibilidade às injustiças, saber enfrentar desafios, ser comunicativo, saber argumentação, trabalhar em equipe, buscar sozinho pela sua

aprendizagem – o aprender a aprender).

O argumento é de que um grande contingente de pessoas está buscando o ensino superior, sendo necessário ampliar as vagas. A “inclusão faz-se, então necessário, porém com cursos breves. Essa formação universitária aligeirada pode-se identificar na “Pedagogia Empreendedora” de Dolabela. Na sua “Oficina do Empreendedor” a ênfase é o desenvolvimento do potencial empreendedor, visando a criação de empresas. Quer dizer, num mundo sem empregos a questão é formar empreendedores de si mesmo. A Oficina empreendedora de Dolabela visa fundamentalmente formar nos estudantes “(...) A auto-imagem positiva e a elevada auto-estima (conceito de si) são os principais alimentos da criatividade e, portanto, da inovação. As pessoas só realizam algo. caso se julguem capazes de fazê-lo” (DOLABELA, 2006, p.21).

Considerações finais

Diante do desemprego estrutural, os teóricos do capital inventam artifícios os mais extravagantes para incutir nos trabalhadores que eles são os únicos responsáveis pelo seu desemprego. E o empreendedorismo é um desses artifícios. A aquisição das habilidades e competências comportamentais que estão sendo progressivamente implementadas nas escolas e nos cursos de qualificação profissional não é garantia para a inserção no mundo do trabalho, simplesmente por que não há emprego para todos. Essa conclusão advém dos próprios teóricos do empreendedorismo que ainda incluem o fator sorte para o sucesso de algum empreendimento, aliado aos outros aspectos analisados. Esse arcabouço ideológico serve para mascarar a impossibilidade do sistema capitalista em incluir, pelo trabalho, a maioria da força de trabalho. Esses excluídos devem, contudo, desenvolver as competências empreendedoras, empoderando-se, para terem condições de competir pelos escassos empregos disponíveis.

Do exposto, podemos “imaginar” uma sociedade “repleta” de empreendedores, a “única” classe social presente no capitalismo do século XXI. A diferenciação na “hierarquia” de empreendedores será entre aqueles **mais** empreendedores, mais determinados, mais capazes, pois de partida todos **indistintamente** deverão adquirir, através das diferentes instituições privadas ou públicas, a formação empreendedora através do ensino formal/informal. Nesse contexto, os pressupostos contidos nas políticas de qualificação profissional e no REUNI, por exemplo, contemplam os ideais do empreendedorismo, principalmente, no que se refere as características comportamentais. O perfil empreendedor representa dentre outras características psicológicas, um ser flexível, criativo, capaz de saber viver e conviver num mundo visto como “naturalmente” adverso e inseguro. Nesse contexto, a educação passaria a assumir a tarefa de incutir esses “novos” valores para atender os complexos problemas postos pela realidade social, econômica, política e tecnológica.

Em síntese, a educação para o empreendedorismo, sob a égide do capital visa à adequação da formação/qualificação para responder ao contexto de crise do capitalismo que, dentre outros efeitos sociais, é produtora do desemprego estrutural. Ancorada num discurso ideologicamente construído remete ao trabalhador a responsabilidade pela sua exclusão no mundo da produção. Nesse sentido, a aquisição das habilidades e competências adquiridas nos cursos de formação de empreendedorismo e inseridas na educação escolar, não representa, nem mesmo a promessa da garantia da inserção dos trabalhadores e da juventude no mundo do trabalho, como acenava as perspectivas redentoras da educação na fase relativamente progressiva da sociabilidade burguesa.

Referências

Brasil /MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. 2000. Disponível em: . Acessado em 28 de abril de 2011.

_____. **Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares**. 2010. Disponível em . Acessado em 15/maio/2011.

_____. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Disponível em: . Acessado em 8 de maio de 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: Dando Asas ao Espírito Empreendedor – empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio.. 2ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

DELORS, Jacques. **Educação: Um tesouro a descobrir**. 10.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

DOLABELA, Fernando Celso. **O Segredo de Luísa**. 30 ed. rev. e atual. São Paulo: Cultura Editores Associados. 2006

_____. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Transformando idéias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DRUCKER, Peter. **A sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993

GOES, Glória Maria Vasconcelos. **Fundamentos, princípios e objetivos de uma política de qualificação profissional**: projeto juventude empreendedora. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza: 2011.

LEITE, E. **O fenômeno do empreendedorismo**. 3ª edição – Recife: Bagaço, 2002.

MINARELLI, J. A.. **Empregabilidade**: O caminho das pedras. São Paulo: Editora Gente, 1995.

PERRENOUD, P. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. – 2.ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual**: a nova vantagem competitiva das empresas. 14ed. Rio de janeiro: Elsevier, 1998.

[i] Psicóloga e doutoranda em Educação - UFC. Grupo de pesquisa: Políticas Públicas e Exclusão Social -UECE. Linha de pesquisa Trabalho e Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação- UFC.

[ii] Com os 4Es fazemos uma analogia aos 4Ps do marketing, que será mencionado ainda neste texto. Buscamos dar realce aos conceitos enfatizados na qualificação para o empreendedorismo.

[iii] Em 19 de dezembro de 2008, foi criado pelo governo federal o Microempreendedor Individual – MEI, por intermédio da Lei Complementar nº 128. Consiste na Pessoa Física que trabalha por conta própria de forma individual e se dedique às atividades de comércio, indústria ou serviços e fature até 36 mil reais por

ano, sendo permitido ter até 1 (um) empregado que receba 1 (um) salário mínimo. Exemplos: mecânicos, feirantes, artesãos, eletricitas etc. Objetiva formalizar aqueles que exerciam atividades autônomas.

[iv] Ocupações como: Contínuo, Auxiliar Administrativo, Artesão, Chapista, Cozinheiro Auxiliar, Repositor de Mercadorias, Fotógrafo Social, Gesseiro, Pintor, Recriador, Encadenador, Faxineiro, Maquiador, Manicure, Telemarketing, Costureiro, Marceneiro, Serralheiro, Cumin, dentre outras profissões, podem "favorecer" a "possibilidade" de inserção laboral, associadas às atitudes comportamentais empreendedoras, de forma a conquistar sua clientela e/ou seus empregadores.

[v] Segundo o Bacharelados Interdisciplinares (BIs) e similares são programas de formação em nível de graduação de natureza geral, que conduzem a diploma, organizados por grandes áreas de conhecimento (...) Exemplo de grandes áreas: Artes; Ciências da Vida; Ciência e Tecnologia; Ciências Naturais e Matemática; Ciências Sociais. Humanidades e outros. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/index>>. Acessado em 15/7/2013.